


Câmara Municipal de Vila Velha - ES

ASSESSOR LEGISLATIVO

Código da Prova

M02 Z
MANHÃ

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: **3 horas**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:**

**“De nada vale aprender bem se você deixar de fazer bem.”
(James C. Hunter)**



ATENÇÃO

Este caderno contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

**Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do cartão de respostas, conforme estabelecido no próprio.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local da prova, não sendo possível nem mesmo a utilização dos sanitários.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas da Prova Objetiva assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

A prática da empatia em tempos de pandemia

Apesar de este ser um período bastante conturbado, a sociedade parece ter tirado bons aprendizados da pandemia do Novo Coronavírus. Um dos que mais chama a atenção é a empatia. Com muitas pessoas com dificuldades financeiras devido ao impedimento de suas atividades econômicas, a comoção de diversos grupos, universidade e entidades foi imensa, pessoas que arregaçaram as mangas em benefício do próximo.

É válido lembrar que, embora haja informações sobre a prevenção da doença por todos os cantos atualmente – formas de lavar as mãos corretamente, manter uma alimentação saudável, se manter ativo, usar álcool em gel, o que fazer quando sentir alguns sintomas, entre outras – elas nem sempre chegam nas casas de todos os brasileiros.

Existe uma parcela da sociedade que vive na obscuridade, que não tem água encanada e nem tratamento de esgoto, por exemplo, e não consegue adotar nem ao menos as medidas mais básicas de proteção à sua saúde. Por isso, é louvável que haja indivíduos neste momento mobilizados para olhar por aqueles que mais precisam.

Que essa solidariedade que se faz presente seja replicada e motive mais pessoas para que os impactos a essas comunidades carentes sejam minimamente sentidos.

(<https://folhadolitoral.com.br/editorias>)

Questão 1

No último parágrafo do texto, “...**para que** os impactos a essas comunidades carentes...” a expressão grifada introduz uma oração, cujo valor semântico é o de:

- (A) comparação.
- (B) finalidade.
- (C) oposição.
- (D) explicação.
- (E) causa.

Questão 2

Quanto à concordância em relação ao emprego do verbo SER, está INCORRETA a frase:

- (A) Essas dores são o meu troféu.
- (B) Minhas alegrias é esta criança.
- (C) Você era os meus sonhos.
- (D) Isso são lembranças de viagem.
- (E) Era 25 de janeiro quando partimos dali.

Questão 3

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que:

I – A empatia é o aprendizado mais importante adquirido na pandemia.

II – “Arregaçar as mangas” tem o significado idêntico ao de “Meter a mão na massa”, em linguagem popular.

III – As pessoas que vivem “na obscuridade” são aquelas que não gostam de aparecer.

IV – A solidariedade é um movimento importante, mas a responsabilidade é do governo.

V – A fraternidade colabora para diminuir o sofrimento dos mais vulneráveis.

Estão corretas apenas:

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e V.

Questão 4

Todo o segundo parágrafo do texto compõe-se de um período:

- (A) composto por coordenação e subordinação.
- (B) composto por subordinação.
- (C) composto por coordenação.
- (D) de oração absoluta.
- (E) simples.

Questão 5

No segmento, “**Apesar de** este ser um período bastante conturbado...” (L 1/2), a expressão grifada, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (A) Já que.
- (B) Assim que.
- (C) Conforme.
- (D) Conquanto.
- (E) Ainda que.

Questão 6

Dentre as alternativas abaixo, a que NÃO corresponde às informações sobre a prevenção da doença, apresentadas no texto é:

- (A) O uso da máscara.
- (B) Lavagem das mãos.
- (C) Alimentação saudável.
- (D) Uso do álcool em gel.
- (E) Manutenção de atividade.

Questão 7

No segmento “**Deixavam**-se os instrumentos cirúrgicos bem protegidos dentro do laboratório.”, o verbo em destaque está na voz:

- (A) Reflexiva recíproca.
- (B) Passiva analítica.
- (C) Passiva sintética.
- (D) Reflexiva.
- (E) Ativa.

Questão 8

No trecho retirado do texto, no primeiro parágrafo, “...a **comoção** de diversos grupos...”, a palavra em destaque faz o seu plural como o da palavra:

- (A) Cidadão.
- (B) Capitão.
- (C) Cristão.
- (D) Anfitrião.
- (E) Catalão.

Questão 9

No texto, predomina o modo de organização:

- (A) Narrativo.
- (B) Descritivo.
- (C) Argumentativo.
- (D) Expositivo.
- (E) Injuntivo.

Questão 10

Assinale a alternativa em que a regência verbal NÃO atende à norma culta da língua.

- (A) Ocorreram perdas nessa pandemia que nunca me esquecerei.
- (B) Aquele paciente não esqueceu os favores recebidos no hospital.
- (C) A postura dos médicos agradou ao público em geral.
- (D) Agradeceu-lhe a homenagem recebida naquele dia.
- (E) O doente aspirou o álcool e começou a melhorar.

Noções de Informática

Questão 11

No LINUX, o usuário root é o usuário:

- (A) administrador de dados.
- (B) master administrador do sistema.
- (C) administrador da rede e suas rotas.
- (D) administrador de bancos de dados.
- (E) que serve pra desativar o sistema.

Questão 12

Em uma planilha Excel, as células têm os seguintes valores: A1=10, B1= 8 e C1 = 18

Qual será o valor da A2 ao inserirmos nela a seguinte fórmula: =SOMA (A1:C1) -8/PAR (2)+4?

- (A) 18
- (B) 32
- (C) 24
- (D) 14
- (E) 36

Questão 13

Os HD's externos são conectados aos computadores através da porta tipo:

- (A) SATA
- (B) HDMI
- (C) ATA
- (D) USB
- (E) SERIAL

Questão 14

Um arquivo contendo grande volume de todo tipo de dados históricos de uma corporação, destinado à pesquisa, avaliação e análise de informações é chamado:

- (A) Data Scale.
- (B) Data Storage.
- (C) Data Mining.
- (D) Data Wharehouse.
- (E) Data Center.

Questão 15

O utilitário do Windows que varre o disco rígido do seu computador em busca de arquivos que não são mais necessários, como arquivos temporários, páginas da Web em cache e itens rejeitados é denominado:

- (A) Limpeza de disco.
- (B) Restauração do sistema.
- (C) Desfragmentador do disco.
- (D) Status e configuração do back-up.
- (E) Monitor de desempenho.

Legislação

Questão 16

A proposição que tem por fim regular toda a matéria legislativa de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito, chama-se:

- (A) Projeto de lei.
- (B) Lei complementar.
- (C) Medida provisória.
- (D) Proposta de medida provisória.
- (E) Emenda constitucional.

Questão 17

Considerando a Resolução 651/2008, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara, é correto afirmar que todos os órgãos da Câmara estão subordinados ao(a):

- (A) Vereador mais bem votado nas eleições municipais.
- (B) Superintendência Geral.
- (C) Coordenadoria Financeira.
- (D) Coordenadoria Administrativa.
- (E) Departamento de Protocolo, Arquivo e Documentação.

Questão 18

É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- (A) dar posse ao prefeito.
- (B) conceder inamovibilidade aos juízes da comarca.
- (C) instaurar inquérito policial para apurar infrações penais.
- (D) eleger os funcionários da Casa Legislativa para mandato de oito anos.
- (E) auxiliar o Tribunal de Contas na tarefa primária deste de fiscalizar os Poderes Legislativo e Judiciário.

Questão 19

Ao servidor, inclusive o ocupante de cargo em comissão, que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, em caráter eventual ou transitório, será(ão) concedido(a)s:

- (A) 13º vencimento para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (B) adicional noturno para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (C) diárias para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (D) aposentadoria para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.
- (E) gratificação por serviço extraordinário para custeio das despesas de alimentação e hospedagem.

Questão 20

A Câmara Municipal representa o:

- (A) Poder legislativo estadual, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de dois anos.
- (B) Poder legislativo estadual, composta de deputados, eleitos em pleito indireto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (C) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e aberto, para mandato de dois anos, prorrogável por igual período.
- (D) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito direto e secreto, para mandato de quatro anos.
- (E) Poder legislativo municipal, composta de vereadores, eleitos em pleito indireto e secreto, para mandato de quatro anos.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

A Lei Federal nº 4.320/64 é o dispositivo legal que estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Acerca das despesas correntes e despesas de capital da Administração Pública de que tratam esta Lei, marque a alternativa correta.

- (A) Pessoal Militar é exemplo de despesa de custeio e serviços de terceiros, de transferência corrente.
- (B) Equipamentos e instalações são exemplos de investimentos e obras públicas, de despesa de custeio.
- (C) Contribuições da Previdência Social são exemplos de transferência corrente e aquisição de imóveis, de investimento.
- (D) Auxílios para obras públicas são exemplos de transferência de capital e as obras públicas, de investimento.
- (E) Material de consumo é exemplo de despesa de custeio e concessão de empréstimos, de transferência corrente.

Questão 22

Acerca do litisconsórcio simples e unitário, pode-se afirmar que no litisconsórcio:

- (A) unitário, o regime é o da autonomia ou independência porque a sentença pode ser diferente para os litisconsortes.
- (B) simples, a sentença pode ser diferente para os litisconsortes; assim, os atos praticados por um não beneficiam os demais.
- (C) unitário, os atos praticados por um não beneficiam os demais.
- (D) simples, os atos praticados por um dos litisconsortes beneficiam a todos.
- (E) simples discute-se no processo uma relação jurídica una e indivisível, tendo o resultado de ser o mesmo para todos.

Questão 23

Fundamentando-se na Lei nº 10.520/2000, marque a alternativa correta.

- (A) Do aviso constará a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dia e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
- (B) A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, efetuada por meio da publicação do edital em diário oficial.
- (C) A fase externa do pregão será iniciada com a publicação do edital em diário oficial, efetuada com a convocação dos interessados.
- (D) Do edital constará a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dia e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do aviso.
- (E) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do edital, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

Questão 24

Acerca da iniciativa de lei para a fixação de remuneração ou de subsídio dos agentes públicos, a alternativa correta que relaciona diretamente o órgão competente com os respectivos cargos de sua competência para fixar salário é:

- (A) STF – Membros e servidores do Judiciário.
- (B) Senado – Câmara dos Deputados.
- (C) Congresso Nacional – Deputados Estaduais, Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado.
- (D) Tribunais de Contas – Membros e servidores do Ministério Público.
- (E) Presidente da República – Cargos da estrutura do Poder Executivo.

Questão 25

De acordo com o Código Tributário Nacional, uma modalidade de extinção do crédito tributário denomina-se:

- (A) Parcelamento.
- (B) Moratória.
- (C) Transação.
- (D) Anistia.
- (E) Isenção.

Questão 26

“São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (Lei nº 10.406/2002, art. 98).

Em relação aos institutos da utilização dos bens públicos pelos administrados, a saber, autorização, permissão e concessão de uso:

- (A) a permissão e a concessão de uso se aplicam a situações transitórias; enquanto a autorização de uso, a situações permanentes.
- (B) a concessão e autorização de uso seguem sempre o regime de direito público; enquanto a permissão pode seguir também o regime de direito privado.
- (C) a permissão de uso possui o atributo da unilateralidade; enquanto a autorização e a concessão, o da bilateralidade.
- (D) embora todas sejam discricionárias, somente a concessão é um contrato; enquanto a autorização e a permissão de uso são atos administrativos.
- (E) a autorização de uso sempre possui prazo determinado; enquanto a permissão e a concessão, prazo determinado ou indeterminado.

Questão 27

Maria Rita, no momento da liberalidade do testamento, dispõe de 70% (setenta por cento) do seu patrimônio para José Carlos, seu descendente. Sabe-se que Maria Rita tinha dois filhos: José Carlos e Reinaldo. Aberta a sucessão, Reinaldo toma conhecimento de tal liberalidade e irresignado com o disposto no testamento da sua mãe, promove determinada medida judicial para salvaguarda dos seus direitos. Com base nesta situação hipotética, pode-se afirmar que trata-se de:

- (A) doação conjuntiva, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 03 (três) anos.
- (B) doação conjuntiva, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 04 (quatro) anos.
- (C) doação inoficiosa, apta a ensejar na nulidade do negócio jurídico, tão somente o que excede a legítima.
- (D) doação inoficiosa, apta a ensejar na anulabilidade do negócio jurídico dentro do prazo de 03 (três) anos.
- (E) doação inoficiosa, apta a ensejar na nulidade total do negócio jurídico.

Questão 28

Os consórcios públicos objetivam a realização da gestão consorciada de serviços públicos, classificando-se como entidades interfederativas, integrantes da administração indireta dos entes consorciados e dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado. Tendo em vista os aspectos principais dos consórcios públicos, pode-se afirmar que:

- (A) para que a União faça parte de consórcio com municípios, não é imprescindível que o Estado-membro dos municípios consorciados também adira ao consórcio, em homenagem ao princípio da autonomia federativa.
- (B) o processo formal de criação do consórcio público requer a subscrição do protocolo de intenções e consequente ratificação mediante decreto firmado pelos entes consorciados.
- (C) a Assembleia Geral do Consórcio deverá homologar a ratificação do protocolo de intenções que ocorrer após três anos da subscrição.
- (D) os entes consorciados têm direito à saída voluntária do consórcio, mas quando violam as suas normas, são punidos com a exclusão.
- (E) o contrato de programa objetiva o engajamento dos entes consorciados para o fornecimento de recursos financeiros dedicados a realização das despesas do consórcio público.

Questão 29

Em matéria de aplicação de sanções para os atos de improbidade administrativa, marque a resposta correta.

- (A) Para serem aplicadas, as sanções não precisam esperar o trânsito em julgado da decisão condenatória, exceto a de perda da função pública.
- (B) A aplicação das sanções depende da efetiva ocorrência de dano ao erário, mas não da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno, Tribunal ou Conselho de Contas.
- (C) Os sucessores do servidor falecido que lesionou patrimônio público ou enriqueceu-se ilícitamente estão, por lei, desobrigados ao ressarcimento do dano.
- (D) Eventuais sanções penais, civis e administrativas de legislação específica serão supridas pelas sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois são aplicáveis isolada ou cumulativamente conforme a gravidade do ato ímprobo.
- (E) Tanto a extensão do dano causado como o proveito patrimonial obtido pelo agente serão considerados pelo juiz na fixação das penas.

Questão 30

Consoante à natureza do órgão regulador, o Controle da Administração Pública pode ser administrativo, legislativo (ou parlamentar) e judicial. O controle legislativo, por sua vez, é espécie de controle externo (político e financeiro) exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Acerca das hipóteses de controle político exercido pelo controle parlamentar, é correto afirmar que:

- (A) a Câmara dos Deputados é privativamente competente para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (B) o Congresso Nacional é privativamente competente para dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- (C) a Câmara dos Deputados é privativamente competente para proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) o Senado Federal é privativamente competente para autorizar a exploração e aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas.
- (E) o Congresso Nacional é privativamente competente para, por proposta do Presidente da República, fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 31

Sobre a extinção dos atos administrativos, leia atentamente o fragmento da decisão abaixo.

"[...] O Poder da Administração, destarte, não é absoluto, na seara da invalidação de seus atos, de forma que a recomposição da ordem jurídica violada está condicionada primordialmente ao interesse público. O decurso do tempo ou a convalidação dos efeitos jurídicos, em certos casos, é capaz de tornar a anulação de um ato ilegal claramente prejudicial ao interesse público, finalidade precípua da atividade exercida pela Administração. [...]" (STJ, RMS 24430/AC. T5 - QUINTA TURMA. Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. J. 03/03/2009).

Acerca do assunto mencionado, marque a alternativa correta.

- (A) A Convalidação se aplica aos atos anuláveis por vícios de forma e competência.
- (B) A Caducidade extingue o ato administrativo válido por motivo de oportunidade e conveniência.
- (C) A Revogação é realizada de ofício pela Administração Pública e, pelo Judiciário, após provocação do Ministério Público ou do particular.
- (D) A Anulação não depende de processo administrativo prévio e possui efeito ripristinatório.
- (E) A Nulidade do ato administrativo impede a manutenção de seus efeitos.

Questão 32

Em relação à sindicância, fase que antecede o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), marque a alternativa correta.

- (A) Baseada da Lei 9.784/99, em determinados casos, a "sindicância meramente investigativa" poderá resultar em aplicação de penalidades.
- (B) É indispensável para a instauração de processo administrativo disciplinar.
- (C) Se a sindicância apurar infração penalizada com advertência ou suspensão de 30 dias, o processo administrativo disciplinar será desnecessário.
- (D) Considera-se "processo administrativo simplificado" para aplicação das sanções de advertência ou de suspensão por até 60 dias.
- (E) Poderá resultar na instauração do PAD ou no arquivamento do processo, mas nunca na aplicação de penalidades, pois isso só deve ocorrer dentro do PAD.

Questão 33

O Terceiro Setor é composto de organizações de natureza privada que não visam o lucro e, ainda que não integrem a Administração Pública, se dedicam a realização de objetivos sociais; atuando, portanto, ao lado do Estado. São também denominadas de entes de cooperação, entidades paraestatais ou entidades públicas não estatais: públicas porque prestam serviços de interesse público; não estatais, porque não integram a Administração Direita ou Indireta. As entidades de utilidade pública que compõem o Terceiro Setor são: os serviços sociais autônomos; as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Em relação a OS e a OSCIP, é correto afirmar que:

- (A) a natureza jurídica do ato de qualificação da OS é de ato vinculado.
- (B) o vínculo jurídico da OSCIP com a Administração Pública é o contrato de gestão.
- (C) a qualidade de OS é perdida por descumprimento do contrato de gestão, a pedido ou mediante processo administrativo ou judicial, de iniciativa do Ministério Público, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- (D) a dupla qualificação de uma entidade paraestatal como OS e OSCIP é possível quando desempenha função pública na área cultural.
- (E) a área de atuação da OSCIP é maior que a da OS, abrangendo, inclusive, a promoção do voluntariado; da ética, paz e cidadania; a assessoria jurídica gratuita e o combate à pobreza.

Questão 34

No tocante à responsabilidade de terceiros no Código Tributário Nacional:

- (A) os pais não são responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores, assim como os tutores e curadores pelos tributos devidos de tutelados e curatelados.
- (B) os administradores de bens de terceiros não são responsáveis pelos tributos devidos por estes, pois a responsabilidade recai sobre os proprietários.
- (C) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis por créditos de obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- (D) os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado não são responsáveis por créditos de obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- (E) os mandatários, prepostos e empregados são responsáveis pelos tributos devidos no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Questão 35

Entre as ações constitucionais estão a Ação Popular, a Ação Civil Pública e o Mandado de Segurança Coletivo. Em relação a estas ações, é correto afirmar que:

- (A) a Ação Popular não obedece a regras de prerrogativa de função e seu objeto são os direitos difusos.
- (B) todo cidadão tem legitimidade para propor Ação Popular, prevista no art. 129, III da Constituição Federal.
- (C) a Ação Civil Pública tem como objeto os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e seu procedimento é ordinário.
- (D) a Ação Popular e o Mandado de Segurança Coletivo são gratuitos, salvo comprovada má-fé que tenha motivado sua impetração.
- (E) o procedimento da Ação Civil Pública é sumário especial e não obedece a regras de prerrogativa de função.

Questão 36

Com relação às características dos direitos reais de superfície, marque a alternativa correta.

- (A) Concede ao seu titular o direito de construir ou plantar em terreno alheio podendo, inclusive, descaracterizar a substância da coisa principal.
- (B) É pactuado em caráter permanente, diferentemente da enfiteuse, que é temporária.
- (C) A sua constituição somente se dará por escritura pública, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) Admite a realização de obra no subsolo, ainda que sem previsão contratual expressa.
- (E) A concessão da superfície sempre será onerosa, podendo as partes negociar o pagamento em uma só vez ou parceladamente.

Questão 37

A Administração Pública regula o desempenho de suas atividades mediante um regime especial de prerrogativas e sujeições. O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular rege as prerrogativas; enquanto as sujeições são regidas pelo princípio da indisponibilidade do interesse público. A alternativa que indica uma prerrogativa e uma sujeição, respectivamente é:

- (A) dilação de prazos processuais e igualdade dos usuários diante dos serviços públicos.
- (B) presunção de veracidade dos atos administrativos e poder de expropriação.
- (C) execução de dívidas pelo regime de precatórios e imunidade tributária.
- (D) concurso público e processo licitatório para serviços, obras e fornecimentos.
- (E) vinculação ao fim de interesse público e poder de polícia.

Questão 38

O regime disciplinar dos servidores públicos regulamenta a aplicação das penalidades a serem impostas ao agente público quando desobedecer a regras legalmente previstas no exercício de cargos, empregos e funções públicas. Sobre o regime disciplinar, é correto afirmar que:

- (A) não poderá ser punido mais de uma vez o servidor que cometer uma única infração.
- (B) é punível com demissão o servidor que exerce atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- (C) cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado é infração punível com suspensão.
- (D) sofrerá advertência o servidor que injustificadamente recusar-se a ser submetido à inspeção médica.
- (E) a insubordinação grave em serviço é punível com demissão e a discricionariedade do chefe determinará o seu grau.

Questão 39

As fundações públicas podem ser de direito público ou de direito privado. A partir disso, analise a adequação entre as características das fundações públicas e sua personalidade jurídica e assinale a alternativa correta.

- (A) Ambas as tipologias de fundações públicas se sujeitam às regras da responsabilidade civil objetiva e vinculam-se ao ente federativo instituidor.
- (B) A admissão de pessoal precedida de concurso público é necessária para as fundações públicas de direito público, mas não para as de direito privado.
- (C) Ambas as tipologias de fundações públicas se compõem de bens públicos, mas só as de direito privado admitem bens privados.
- (D) Somente as fundações públicas de direito público gozam da imunidade tributária recíproca.
- (E) Os privilégios processuais que beneficiam a Fazenda Pública alcançam as fundações públicas de direito privado como prerrogativas.

Questão 40

Em matéria de bens públicos, no que tange ao instituto da requisição administrativa, é correto afirmar que:

- (A) é espécie autônoma de intervenção do Estado na propriedade privada com objetivo específico de proteger o patrimônio histórico, artístico e cultural, não se confundindo com a ocupação temporária ou a servidão administrativa.
- (B) é espécie de intervenção restritiva na propriedade privada com o objetivo de solucionar situações de perigo iminente a partir da utilização de bens privados pelo ente estatal enquanto durar o risco.
- (C) pode ser determinada pelo poder público mediante decisão judicial ou concordância do particular.
- (D) não se admite a requisição de serviços, apenas de bens móveis ou imóveis, fungíveis e infungíveis.
- (E) o pagamento de indenização, posterior à execução do ato requisitório, deve ser realizado independentemente da existência de danos ao bem objeto da restrição.